Jornal do

FEDERAL

Conselho Federal de Psicologia - Ano XX nº 88 - dezembro 2007

1 MANIFESTAÇAO PÚBLICA CONTRA OS MANICÔMIOS NO BRASIL – BAURU, DEZ. 1987

Psicologia engaja-se na comemoração dos 20 anos da luta antimanicomial

pág. 5

Leia o editorial pág.2

Finalização da gestão do XIII Plenário do CFP

Início de conversa...

Este é um jornal de fim de ano e de final de gestão. Tem, portanto um tom de congratulação, de balanço para uma gestão que termina e, de certa forma, também de despedida.

Foram três anos à frente do Conselho Federal de Psicologia, buscando fortalecer o compromisso de nossa categoria com as urgências da sociedade brasileira. Tivemos como meta ampliar o lugar social da Psicologia como ciência e como profissão. Para isto, batemos em todas as portas governamentais, para apresentar nossa contribuição. Fomos bem sucedidos em muitos desses contatos. A Psicologia goza, hoje, de um reconhecimento importante por parte de muitos órgãos governamentais e por parte de movimentos e instituições sociais, assim como por parte da sociedade em geral. Temos ocupado lugares nas lutas pela democratização de nossa sociedade: no trânsito, na comunicação e na garantia da participação da sociedade civil organizada nas reformas urgentes de nossa sociedade, como a reforma psiquiátrica; temos estado na luta em defesa dos direitos de crianças, adolescentes e idosos; na defesa intransigente dos direitos humanos em geral. Temos buscado estimular a produção do discurso da Psicologia nos diversos campos: nas políticas públicas, no sistema prisional, nas medidas socioeducativas, na educação, na saúde. Temos trabalhado, incessantemente, pela qualificação de nossos instrumentos e formas de trabalho, garantindo, assim, à sociedade, a qualidade do serviço que prestamos a ela. Temos procurado nos aliar aos parceiros da América Latina, na ULAPSI, entendendo que possuem desafios semelhantes aos nossos. Nessas lutas, temos estado sempre acompanhados de outras entidades de Psicologia, reunidas no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o FENPB, que conta já 20 entidades.

Estamos terminando nossa gestão. Tivemos apoio dos Conselhos Regionais de Psicologia que atuam "nas pontas", desenvolvendo as decisões dos Congressos Nacionais da Psicologia, orientadores de todos os nossos projetos. Tivemos reconhecimento e incentivo da categoria, que, orgulhosamente, nesses três anos, representamos e que esteve conosco, direta ou indiretamente, ajudando a realizar encontros no campo da Psicologia. O Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão foi um deles, mas foram muitos os eventos, onde a categoria sempre esteve, levando a sua contribuição, ao longo desta gestão. Tivemos apoio de entidades e de outras categorias profissionais, como a OAB, que, conosco, inspecionou entidades onde o risco de descumprimento dos direitos humanos colocava também em risco a prática de nossos profissionais. E contamos com parceiros, o tempo todo, das entidades no campo da Psicologia. Aliamo-nos e nos reforçamos, por meio do trabalho conjunto com vários movimentos sociais. Éramos 20 conselheiros agregados a muitos braços, que nos possibilitaram as várias ações que realizamos.

Final de gestão com uma sensação de missão cumprida. Não que se tenha esgotado o que é necessário fazer para o fortalecimento de nossa inserção social como profissão, mas, com certeza, caminhamos nessa direção.

Final de gestão com uma sensação de missão cumprida. Não que se tenha esgotado o que é necessário fazer para o fortalecimento de nossa inserção social como profissão, mas, com certeza, caminhamos nessa direção. Desejamos a nossos sucessores um bom trabalho e agradecemos fraternalmente a todos os que estiveram conosco neste trajeto, viabilizando nossa gestão e nosso projeto de ter uma Psicologia com Compromisso Social.

O XIII Plenário se despede!

Expediente

DIRETORIA
Ana Mercês Bahia Bock
Presidente

Marcus Vinícius de Oliveira Silva
Vice-presidente

Maria Christina Barbosa Veras
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS
Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Alexandra Ayach Anache
Ana Maria Pereira Lopes
Iolete Ribeiro da Silva
Nanci Soares de Carvalho
Monalisa Nascimento dos Santos Barros

PSICÓLOGOS CONVIDADOS
Regina Helena de Freitas Campos
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

CONSELHEIROS SUPLENTES
Andréa dos Santos Nascimento
Giovani Cantarelli
Maria de Fátima Lobo Boschi

PSICÓLOGOS CONVIDADOS SUPLENTES
Deusdet do Carmo Martins
Maria Luiza Moura Oliveira

EDIÇÃO
Monalisa Nascimento dos Santos Barros

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Patrícia Mendes RP 1904/DF

REPORTAGEM
ascom@pol.org.br

ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO
Daniele Oliveira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Ad People Comunicação

REVISÃO
Patrícia Mendes - Ad People Comunicação

A vitória para 2008

O Sistema Conselhos de Psicologia viveu em 2007 um grande processo de mobilização para o VI Congresso Nacional da Psicologia, sua realização, e um amplo processo eleitoral com as posses de 17 gestões de conselhos regionais, além de uma para o Conselho Federal de Psicologia. São vitórias da categoria que inauguram 2008.

Em cinco CRPs houve disputa de chapas, destacando-se o CRP09 (Goiás e Tocantins) onde três chapas disputaram as eleições, e o CFP, que também contou com a disputa de duas chapas.

72.139 votos foram dados no pleito e os novos gestores foram vitoriosos com porcentagens altas de escolha: no Rio Grande do Norte, que começa sua primeira gestão, a chapa "Mobilização para a Construção" foi eleita com 92,57% dos votos. Na Bahia e Sergipe (CRP 03) a chapa "Mobilizar para Cuidar da Profissão",que disputou com outra chapa, recebeu 50,68% dos votos. A maior porcentagem de votos em uma chapa foi em Santa Catarina (CRP12), onde 93,73% dos psicólogos elegeram a chapa "Movimento para Cuidar da Profissão". Em São Paulo, onde se concentra o maior número de psicólogos do país, 71,90% dos eleitores elegeram a chapa "Cuidar da Profissão: compromisso social e participação".

Em setembro, em todos os CRPs assistimos à posse das novas gestões. No dia 15 e 16 de dezembro, os novos gestores já participam da reunião da Assembléia de Políticas, de Administração e de Finanças – APAF do Sistema Conselhos de Psicologia, que reúne representantes dos 17 CRPs e do CFP, em Brasília. Nesta oportunidade é realizada a homologação da Consulta Nacional para a gestão do CFP e, no dia 15 de dezembro à noite, tem lugar a cerimônia de posse da nova direção.

Para 2008, estas novas gestões terão como referência as deliberações do VI Congresso Nacional da Psicologia. Realizado em junho de 2007, o CNP ofereceu deliberações formuladas em 85 teses aprovadas pelos 147 delegados, que levavam posições dos 16 Congressos Regionais realizados em maio de 2007.

As deliberações do VI CNP trazem propostas para o aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos de Psicologia; propostas para relações do Sistema com diversos âmbitos institucionais, com movimentos sociais,

com outras entidades da área, outros Conselhos de outras profissões e com a sociedade em geral; e propostas que trazem as diretrizes de intervenção em todas as áreas da Psicologia – saúde (saúde da família, DSTs, hospitais, saúde do trabalhador), saúde mental (reforma psiquiátrica), crianças e adolescentes, educação, educação inclusiva, ensino da Psicologia no nível médio, emergências e desastres, Neuropsicologia, Psicologia Organizacional e do Trabalho, esporte, trânsito, tecnologias da informação, justiça e segurança pública, mediação, Seguridade Social, Psicoterapia, álcool e drogas, sistema prisional, Comunicação, idosos, direitos humanos, diversidade sexual, gênero, pessoas com deficiência, indígenas, questão racial, violência e ainda condições de trabalho dos psicólogos, título de especialista e formação.

A íntegra das deliberações do CNP pode ser encontrada no *site* www.pol.org.br

O conjunto de diretrizes indicam claramente o desejo de um fortalecimento da profissão no país, a ampliação do compromisso com as urgências e necessidades da sociedade brasileira e o CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas como uma importante ferramenta de gestão para os Conselhos de Psicologia.

Que venha 2008, pois os psicólogos estão preparados para muito trabalho no sentido de ampliar o lugar social da Psicologia no Brasil!

FIQUE LEGAL, fique em dia com a Psicologia!
ANUIDADE 2008:
a primeira parcela vence em janeiro!

Um outro trânsito é possível?

Essas e outras questões têm sido debatidas fortemente pelo Movimento Nacional pela Democratização no Trânsito

MNDT no Plenário da Câmara

No mês de setembro, na Câmara dos Deputados, foi lançado o Movimento Nacional pela Democratização no Trânsito - MNDT. Antes do lançamento aconteceu o Encontro do MNDT, onde estiveram presentes o CFP e diversas instituições ligadas à democratização do trânsito. Nesse encontro foi discutido o Plano de Ação do MNDT, decidiu-se seu Comitê Gestor, o "Comitê Interino" e ficou acordado que o Movimento vai ser deliberado pela sociedade civil, e não por órgãos governamentais, que serão apenas alicerces de debates. O Comitê Interino do MNDT foi composto pela Ong Criança Segura, pela Ong Rua Viva, pela Associação Nacional de Transportes Públicos, pelo ICETRAN, pela Universidade Católica Dom Bosco e pelo próprio CFP.

O Movimento Nacional pela Democratização no Trânsito é fortemente caracterizado pelo desejo da sociedade civil em construir políticas públicas voltadas para o trânsito que contemplem uma discussão crítica, democrática e transparente de forma intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar.

É formado atualmente por 27 instituições que trabalham diretamente ou indiretamente com o tema, procurando desenvolver ações que objetivam a mobilidade humana, a cidadania, a saúde e, principalmente, a paz no trânsito.

A avaliação do lançamento, segundo Andréa Nascimento, conselheira do CFP, foi positiva: na ocasião "foi apresentado a todos os presentes o Manifesto do MNDT, com as diretrizes e objetivos desse movimento", explica. Para Nazareno Afonso, Coordenador do escritório da ANTP, em Brasília, houve um grande esforço para produzir uma linha política, com definição de princípios e campos de atuação bem impressos no Manifesto do Movimento.

Bandeiras - A preocupação básica do Movimento, agora, é ampliar o envolvimento da sociedade civil, do governo e dos direitos humanos e, principalmente, da saúde na questão. Além disso, o movimento considera a participação do Comitê de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito muito importante.

O MNDT considera, ainda, que já obteve uma grande conquista: a perspectiva da proibição de bebidas alcóolicas em postos de gasolina e estradas, pauta que está na mídia.

Outra questão levantada pelo MNDT são os recursos financeiros aplicados ao trânsito, dos quais não hoje existe transparência e nem se sabe para onde vai. "Os recursos são aplicados da seguinte maneira: no Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, 50% vão para pagar seguros; vão 45% para o fundo de saúde; e 5% vão para educação/prevenção. Esses recursos, que são da ordem de 1,2 bilhões, vêm dos que pagam. Para o Fundo Nacional de Educação e Segurança no Trânsito – FUNSET, vão 5 % , que são sistematicamente contigenciados, o que considero absurdo, já que não sabemos para onde vai esse dinheiro. Precisamos de uma legislação boa, recursos eficientes para mudar o quadro de genocídios no Brasil, que mata mais que a guerra no Iraque", afirma o coordenador da ANTP.

Outro tema em que o Movimento quer mergulhar fortemente é o crescimento do uso de motocicletas e a ameaça dos moto-táxi, que não possuem sequer legislação. "Os acidente com motos estão praticamente equiparados aos acidentes com automóveis. Em 1980 a taxa de mortalidade era de 0,2; já em 1996 essa taxa foi para 0,6, ou seja: multiplicou-se por 6 em 10 anos. Hoje, essa taxa é de 3,6. Fora as seqüelas, que são muitos maiores. Estamos discutindo uma forma de atuar a respeito disso", completa Nazareno.

Os próximos passos do MNDT são a ampliação desse Movimento com engajamento de outras entidades, como movimentos populares, incluir mais uma proposta que envolva os trabalhadores e ampliar o nível de consciência com foco mais intenso.

Os interessados em conhecer as propostas do movimento e as entidades que queiram participar do MNDT podem se cadastrar através do *site* www.mndt.org.br

20 anos de luta por uma sociedade sem manicômios

A história do movimento da luta antimanicomial no Brasil rememorada em Bauru

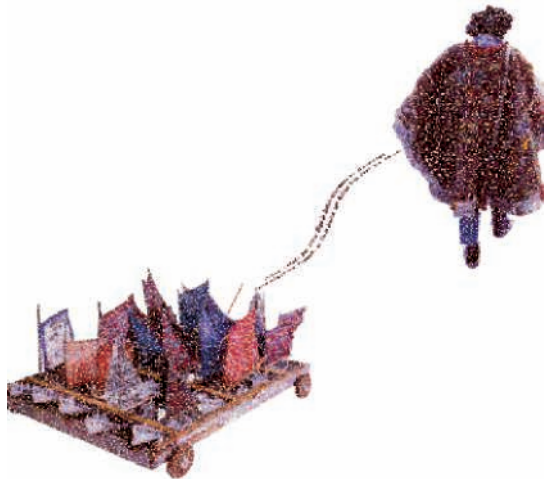
Foram quatro dias de confraternização e luta. Quatro dias de comemoração no sentido estrito de "comemorar junto" os 20 anos do movimento antimanicomial no Brasil.

Um desafio radicalmente novo ocupou as ruas de Bauru, cidade do interior de São Paulo, em 1987. Era a primeira manifestação pública pela extinção dos manicômios no Brasil.

Vinte anos depois, os mesmos pés voltaram às ruas de Bauru para comemorar/memorarem juntos as vitórias e as lutas.

"Foi um evento para recolocar radicalidade para a Reforma Psiquiátrica" afirma o vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira. "O movimento da Luta Antimanicomial é o sal da Reforma Psiquiátrica, deu o tom para essa Reforma no país. No mundo inteiro, muitas reformas acontecem, mas sem radicalizarem, sem o raciocínio de que a exceção é, muitas vezes, cruel. Mas, no Brasil, optamos pela radicalidade. Começamos a caminhada dizendo não a esta forma de exclusão que são os manicômios. E, nisso, a Carta de Bauru, editada naquele longínquo dezembro de 1987, que retomamos agora, mostra-se muito atual, porque rechaça o manicômio, essa forma perversa de exclusão", completa.

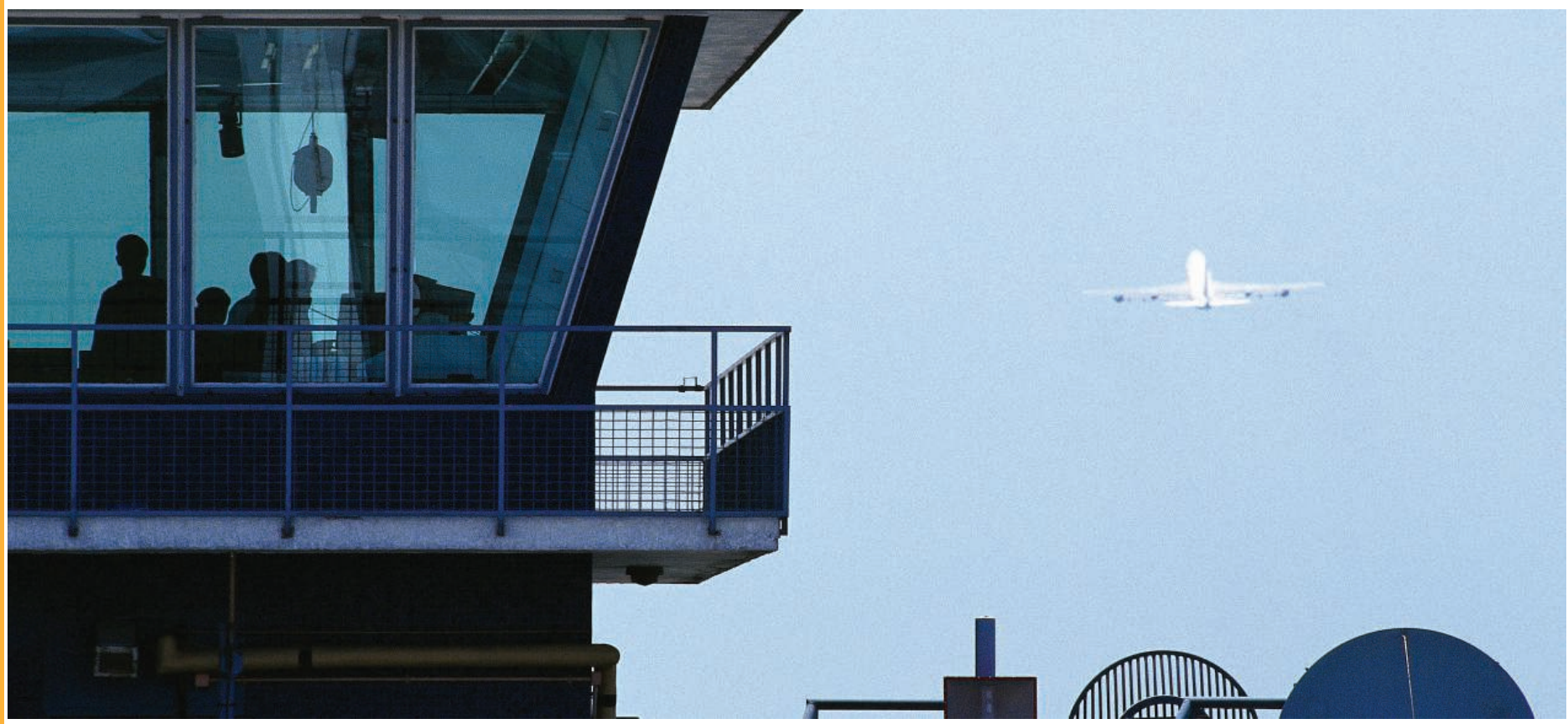
O evento recebeu profissionais, usuários dos serviços de saúde mental, familiares, além de pesquisadores e apoiadores da Luta. Em seu programa desfilaram nomes importantes da questão antimanicomial. O evento veio também com mesas redondas que contaram a história do movimento e o avaliaram, que trouxeram temas diretamente relacionados à questão antimanicomial e que apresentaram experiências com práticas alternativas de atendimento. As narrativas foram divididas em três eixos: loucura e cultura; narrativas históricas na construção de uma sociedade sem manicômios; e a luta antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica. E muita festa. Tom Zé fez show na abertura e outras apresentações culturais enriqueceram o evento. Na Praça Rui Barbosa, em manifestação pública, o evento se encerrou.



O evento foi uma realização do Conselho Federal de Psicologia, da Prefeitura Municipal de Bauru, da UNESP de Bauru e Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Contou com o apoio do Ministério da Cultura, de Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, da UNIP de Bauru, da Universidade Sagrado Coração, do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, da Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial e do SESC/SP.

Trabalhadores no tráfego

Quando dos recentes desastres aéreos ocorridos no país, muito se falou sobre as co controladores de vôo. Passada a crise deflagrada, uma pergunta permanece: quai



Todos os dias, em todos os cantos do país e do mundo, pessoas acordam, tomam seu café da manhã e partem para mais um dia de trabalho.

Alguns não voltam...

(...)

O risco no transporte não pode ser atribuído a uma ação essencialmente individual. Existem ambientes de risco que afetam coletivamente grandes massas de indivíduos. Existe aí uma relação direta entre a segurança dos meios de transporte e a saúde do trabalhador que opera esses sistemas".
Rita de Cássia Seixas Araújo, Universidade de São Paulo

Quando dos recentes desastres aéreos ocorridos no país, muito se falou sobre as condições de trabalho dos trabalhadores do espaço aéreo brasileiro, em especial, dos controladores de vôo. Passada a crise, uma pergunta permanece: quais as reais condições de trabalho, especialmente psicológica, desses profissionais? Fala-se muito em formação deficiente, falta de preparo técnico e, mais ainda, falta de preparo psicológico para lidar com as funções, embora os profissionais sejam sempre habilitados e homologados para estarem nos postos em que se encontram. E, no desencontro de informações, o que há de veracidade?

Segundo a professora Ana Magnólia, da Universidade de Brasília, que realizou recente pesquisa com controladores de vôo, o sofrimento desses profissionais é bastante evidenciado, "uma vez que a organização do trabalho patrocina um bloqueio no modo de subjetivação desses trabalhadores, não permitindo o uso de estratégias de cooperação, predominando, assim, as defesas individuais", diz ela. A responsabilidade isolada dos controladores de vôo vem da rigidez da organização de seus trabalhos, como pode ocorrer também em outras profissões, mas que, no caso desses trabalhadores, gera um sofrimento ainda maior, por lidarem eles com a experiência do risco cotidiano no trabalho. Os resultados das entrevistas feitas pela professora Ana Magnólia mostraram que as estratégias defensivas individuais criadas por esses profissionais não são criativas, no mais das vezes são baseadas em livros e normativas , não grupais, e, por

aéreo e subjetividade

ondições de trabalho dos trabalhadores do espaço aéreo brasileiro, em especial, dos is as reais condições de trabalho, especialmente psicológica, desses profissionais?

isso mesmo, muitas das vezes evidenciam danos físicos e psíquicos " que indicam possível fracasso dessas defesas", diz a professora.

Segundo a professora Rita de Cássia Araújo, mestre pela Universidade de São Paulo em Saúde do Trabalhador, o controle do tráfego aéreo brasileiro "é muito mais um problema social e institucional, uma vez que existem interesses diversos dos diferentes atores envolvidos: trabalhadores, Aeronáutica, companhias aéreas e usuários", o que deve ser considerado antes de qualquer tentativa de intervenção no campo da saúde do trabalhador. Se não é verdade isso, vejamos que, quando da realização da CPI no Senado Federal, para apuração das causas do acidente recentemente ocorrido com a aeronave da empresa brasileira Gol – Linhas Aéreas e o jato Legacy, o próprio Procurador do Trabalho, Fábio Fernandes, declarou que o controlador aéreo que trabalhava no dia do acidente, de nome Jomarcelo, ao ser formado, "ao invés de ir para uma Torre de Controle, órgão com menor complexidade, foi direto para o Cindacta I, o de maior movimento e dificuldade técnico-operacional". Este mesmo controlador, segundo o Procurador, para iniciar as suas operações, tinha de ter passado por um exame, para obter homologação, mas , no caso dele, "havia sido reprovado quatro vezes", tendo apenas sido aprovado na quinta vez, "na marra", no dizer do Procurador, que conclui, com isso: "se os controladores são os culpados, as autoridades são, no mínimo, cúmplices".

"No seu cotidiano de trabalho, o 'controla-a-dor' é o trabalhador que tudo controla, até a própria dor", diz a professora Rita de Cássia. A exigência da profissão, diz a professora, parece contribuir para que os próprios profissionais da proteção ao vôo "participem da invisibilização dos seus males e do desgaste acarretado pelo trabalho. Deste modo, pode-se perceber que, ao longo do tempo, esta exigência de autocontrole interage com o seu ser e na forma como se expressa no mundo. Seres insensíveis? Frios? Duros?", ela questiona. "Uma das categorias profissionais mais implicadas na segurança aérea, respondem pela coordenação e separação dos vôos no espaço; com equipes reduzidas, sem contar com um programa de reciclagem ou requalificação permanente lidam com uma complexa e frágil gestão do tráfego aéreo... essa fragilidade do controle de tráfego aéreo representa a multiplicação do potencial de risco dos atuais sistemas da aviação civil, colocando em perigo a vida dos passageiros e aeronautas a bordo. Sem contar os riscos à população residente no entorno dos aeroportos..." diz a professora.

O estresse - profissões que causam estresse, como a dos controladores de vôo, são cada vez mais comuns no Brasil e no mundo. Para isso, basta saber que o estresse, e suas conseqüências, é uma das doenças que mais atingem hoje a população brasileira. Um estudo realizado pela International Stress Management Association, ISMA, mostra que 70% dos brasileiros hoje sofrem de estresse no trabalho, sendo que os três grupos mais afetados por essa doença são os profissionais que atuam na segurança pública, os profissionais que atuam na segurança dos vôos e os profissionais da área da saúde. Para o pesquisador do laboratório de Psicologia da Universidade de Brasília, Wanderley Codo, no entanto, não se deve falar em profissão mais estressante: "considerar que uma categoria é mais estressante que outra é perigoso, pois é sempre preciso fazer uma avaliação maior. Por exemplo: um médico no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, terá avaliação diferente de um médico do Bairro dos Jardins, na mesma cidade".

"No seu cotidiano de trabalho, o 'controla-a-dor' é o trabalhador que tudo controla, até a própria dor"

Longe das discussões teóricas, no entanto, o que os trabalhadores da segurança e proteção ao vôo no Brasil têm vivenciado na prática é a experiência de novos processos de trabalho, que derivam do aumento da quantidade de aeronaves em circulação no espaço aéreo, do aumento da velocidade dessas aeronaves, do aumento do volume de passageiros no tráfego aéreo, aumentando o desgaste constante de quem exerce um trabalho pouco visível, não valorizado social e financeiramente e quase desconhecido. Com efeito, os resultados finais, após um dia de trabalho , para esses profissionais, apontam para a completa sensação de fadiga física e do esgotamento psicológico, resumidos na fala deste controlador de vôo, citado por Rita de Cássia, em sua tese de mestrado: " Já tive problemas de estômago, o meu intestino e a minha digestão estão péssimos... estou com uma endoscopia marcada.Tem dias que não consigo fazer uma refeição correta...tenho dor de cabeça, cansaço, tontura, nervosismo, ansiedade, tremores, taquicardia, azia, diarréia... a cada dia me sinto pior, mas não posso parar..."

Segundo dados do Ministério da Defesa, hoje trabalham no controle do espaço aéreo 13.245 profissionais. Essas pessoas dividem-se em quatro unidades de monitoramento, que, juntas, cobrem todo o espaço aéreo brasileiro. Cada unidade desta leva o nome de Cindacta, que quer dizer Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo.

Idosos brasileiros abandonados

Em ação conjunta da OAB Nacional e do Conselho Federal de Psicologia, com a participação do Movimento Social organizado e do Ministério Público, em alguns estados brasileiros foi realizada, em setembro deste ano, inspeção conjunta a Instituições de Longa Permanência para idosos - as ILPI's. No total, foram inspecionadas 21 instituições, em diversos estados da federação.

Segundo a presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, Ana Luíza de Souza Castro, "podemos ter uma avaliação bastante positiva desta articulação, que abre um debate nacional importante, sobre como a população que envelhece no país vem sendo tratada. Temos, para isso, uma legislação específica, que é o Estatuto do Idoso, o qual, embora de 2005, ainda não foi implementado no país. E vimos que os idosos não têm sido prioridade".

Ainda segundo Ana Luíza Castro, "o primeiro dado que se pode perceber, da inspeção nacional, é a ausência de psicólogos nas unidades asilares. E, o que chama muito a atenção, é o abandono dos idosos, onde parece haver uma "suposta igualdade", pois a melhor condição financeira não garante uma maior inclusão", diz.

A inspeção terá desdobramentos. Segundo o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Federal, Percílio de Sousa Lima, a ação foi exitosa e a mostra, significativa. Aguarde publicação para breve.

Encontro comemora 10 anos de Comissões de Direitos Humanos

Mesa de abertura

O VIII Encontro das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia ocorreu em Brasília, no princípio do mês de novembro, tendo como participantes representantes das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais de Psicologia e da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

O Encontro, que comemorou dez anos de luta das comissões do Sistema Conselhos de Psicologia, veio principalmente com o objetivo promover discussões sobre a atuação da Psicologia no campo dos direitos humanos junto às novas Comissões dos CRPs, constituídas neste semestre, proporcionando capacitação dessas comissões .

A mesa de abertura do evento contou com a presença do Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH; do Deputado Luiz Couto, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM; de Francisco Cordeiro, representando o Ministro da Saúde; além da presidente do CFP, Ana Mercês Bahia Bock; e da Coordenadora da CNDH, Ana Luíza de Souza Castro.

Na abertura, foi proferida a Conferência "História, Lugar e Papel da Comissão Nacional de Direitos Humanos no Sistema Conselhos", por Marcus Vinícius de Oliveira, vice-presidente do CFP. No evento, o consultor em direitos humanos e segurança pública, Marcos Rolim, realizou a conferência "Conjuntura Contemporânea em Direitos Humanos".

No último dia do Encontro, a mesa "O Mapa dos Direitos Humanos no Brasil – rumos possíveis para a Psicologia", e a produção de uma Carta Aberta, disponível no www.pol.org.br

Exposição "10 anos"

CFP na Conferência Nacional de Saúde

Em busca de uma construção histórica, da história da democratização na política de saúde no Brasil, a sociedade vem se organizando e buscando concretizar atos.

Com o tema "Saúde e Qualidade de Vida: política de Estado e desenvolvimento", o Conselho Nacional de Saúde – CNS convocou a 13ª Conferência Nacional de Saúde entre os dias 14 e 18 de novembro, em Brasília.

Com o objetivo de avaliar a situação da saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do SUS previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde, o evento também definiu diretrizes para a plena garantia da saúde, como direito fundamental do ser humano e como política de Estado, de desenvolvimento humano, econômico e social; além de diretrizes que possibilitem o fortalecimento da participação social na perspectiva da plena garantia de implementação do SUS.

Nas prévias da conferência, dos 5.564 municípios brasileiros, 4.430 realizaram suas conferências municipais.

A 13ª Conferência Nacional de Saúde foi um dos maiores encontros do setor saúde do país, e o Conselho Federal de Psicologia esteve presente. Nas conferências prévias foram eleitos 3.068 delegados para a etapa nacional, com a seguinte representação: 50% de usuários, 25% de profissionais de saúde e 25% de gestores e prestadores de serviços em saúde, apontando uma maior participação de militantes da saúde, no controle social das políticas públicas.

Para Monalisa Barros, conselheira do Conselho Federal de Psicologia , o que mais chamou a atenção no evento foi o grande apoio à inclusão dos profissionais de Psicologia na Atenção Básica, por meio dos núcleos de saúde integral: "mais de 45 teses do consolidado nacional tratavam, direta ou indiretamente, da inclusão de psicólogos nos diversos níveis de atenção, reassegurando a dimensão subjetiva no cuidado à saúde", explica a conselheira.

Além da organização e metodologia de trabalho com debates seguros, houve, na Conferência, ampla participação e representação da maior parte dos segmentos da sociedade.

Humberto Cota Verona, presidente eleito do CFP para a gestão 2007 – 2010, ressalta a importância da participação da Psicologia nesse espaço, que trata da saúde da sociedade brasileira. Para o presidente eleito, essa Conferência foi uma reafirmação dos princípios fundamentais do SUS, como um grande projeto civilizatório e de inclusão social da população: "evoluímos no mundo o conceito de bem-estar social e de qualidade de vida", diz Humberto Verona, que colocou três premissas relevantes sobre a Conferência: os princípios do SUS, que afirmam que os psicólogos têm de estar incluídos nessa categoria; a questão polêmica do aborto, debate que, em sua visão, tem de ir mais a fundo; e uma novidade da Conferência, que foi a proposta do governo, bastante questionável, de tornar os hospitais universitários autarquias públicas de direito privado, o que, na visão do CFP, seria uma forma de privatização e poderia interferir na qualidade do trabalho.

Christina Veras, também conselheira do CFP, destacou da Conferência a forma como é vista a Psicologia pelo cidadão, que ficou evidente na quantidade de teses que tinham o psicólogo como profissional importante nos serviços de saúde.

Maria Ermínia Ciliberti, vice-presidente do CRP/SP e representante do CFP no Fórum de Entidades Nacionais dos Trabalhadores na Área da Saúde – FENTAS –, e, como tal, representante no Conselho Nacional de Saúde participou também da Conferência: "a Conferência atingiu, na sua etapa municipal, por volta de 4.000 municípios, mobilizando em torno de um milhão de pessoas, o que significa uma descentralização com grande adesão dos municípios no processo. Isto, sem dúvida, consolida a participação da população na definição de diretrizes para a saúde", afirma, orgulhosa, Maria Ermínia.

A Conferência Nacional de Saúde é realizada a cada quatro anos, com a finalidade de promover discussões e permitir deliberações de políticas públicas de Saúde para os anos seguintes.

Psicólogos presentes

Saúde Suplementar: um
psicólogos que pre

Em recente estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – a partir de dados coletados na Pesquisa de Orçamentos Familiares, pudemos comprovar que a população brasileira passa por uma mudança em seu perfil demográfico, principalmente devido ao fator idade: aumenta-se a qualidade de vida, aumenta a expectativa de vida. De 2007 a 2050, o número de brasileiros com 60 anos ou mais deve aumentar em 47 milhões; a idade média do conjunto da população passará dos atuais 25 anos para 40 anos; e, se hoje já existe um idoso com 65 anos ou mais em cada dez brasileiros, em 2050 haverá um idoso para cada três brasileiros!

As mudanças que se processam no trato com a saúde pública brasileira já cuidam dessa mudança no perfil populacional: desde o início da década de 80, quando o Movimento da Reforma Sanitária avançou no país, vindo a se consolidar com o SUS, o conceito da prevenção e promoção de saúde vem se consolidando na saúde pública. Por meio da fórmula atendimento na Atenção Básica, Média e Alta Complexidades, o SUS brasileiro vem focando seu atendimento no primeiro nível de atenção. É neste nível de atenção que se concentram as ações de promoção e prevenção em saúde e ocorre a preparação para o atendimento ao novo perfil da sociedade brasileira, também devido à questão etária.

No setor da saúde suplementar, cuja agência reguladora é a ANS – Agência Nacional de Saúde, os avanços ocorridos no âmbito da saúde pública parecem tardar a chegar. A introdução das novas práticas para prevenção e promoção da saúde do trabalhador, do homem e da mulher, vem tendo dificuldade de ocorrer, haja vista a manutenção de uma ordem médica nos atendimentos, consoante a perspectiva mercantilista por parte das operadoras de saúde, especificamente no tocante aos planos de saúde. Um novo campo de trabalho, certamente, aos psicólogos.

O IBGE aponta que, na área privada, brasileiros com mais de 70 anos mantém um gasto financeiro de quase o dobro, na área da saúde, do que adultos na faixa dos 50 a 59 anos , investindo cerca de 11,7%, contra 6,1% de sua renda mensal, respectivamente, com atendimentos hospitalares. Nesta perspectiva, as operadoras de saúde do segmento privado vêm querendo criar um novo paradigma para o atendimento na saúde suplementar: de acordo com a Organização Mundial de Saúde, OMS, cada dólar investido em prevenção gera uma economia de cerca de 5 dólares em despesas com saúde. E, em alguns casos, quando se trata de doenças crônicas, pesquisas mostram que a economia com tratamento pode chegar a até 60 dólares, para cada dólar investido em prevenção: "precisamos repensar o modelo vigente hoje no país", afirma a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Heloísa Leite, sobre a questão do atendimento privado focado na doença.

"Para além desta questão financeira", esclarece a conselheira do CFP, Monalisa Barros, "a questão que vemos é a questão do cuidado com a saúde das pessoas: nesta seara, o social tem de se sobrepor ao econômico! Focar na prevenção e na manutenção da saúde vai ao encontro do preceito constitucional, de que saúde é direito de todos, e ao entendimento que hoje já temos, devido ao nosso Modelo de Atenção adotado pelo SUS, de que saúde não é a não doença", completa.

Resultado dos avanços do saneamento básico e da própria ciência, a maior longevidade é uma grande conquista humana, que nos remete para a obrigação de que o idoso tem de viver não apenas mais, mas melhor. Também vemos isso no que tange à saúde do trabalhador: mecanismos para lidar com ele, ativo, trazem muito mais bem-estar do que ter de lidar com ele licenciado do seu trabalho, por algum sinistro. Assim com todos. "Buscar prevenção e manutenção da saúde é também área em que a Psicologia tem muito a contribuir, mas a Saúde Suplementar, no que diz respeito à inclusão de práticas, para além das médicas, tem deixado em descoberto", conclui a conselheira.

Relação com a ANS - no início deste semestre, o CFP esteve em reunião na Agência Nacional de

espaço importante para os ecisa ser conquistado

Saúde Suplementar, ANS, no esforço para a inserção sistematizada dos psicólogos no atendimento psicológico nos planos de saúde no Brasil.

Esta iniciativa de levar o papel do psicólogo às instâncias da ANS deu-se pelo fato de o Conselho detectar o desconhecimento daquela instância sobre a importância da Psicologia para a saúde. Em pesquisa do CRP de São Paulo realizada no ano de 2004, por exemplo, pôde-se constatar que cerca de 70% das operadoras de plano de saúde suplementar não dispunham de serviços psicológicos no seu rol de procedimentos. Em esfera nacional, pior, o Conselho Federal de Psicologia já havia detectado que o atendimento psicológico estava condicionado ao "ato médico" (alusão ao projeto de lei que tramitava, à época, no Congresso Nacional) pois o atendimento psicológico condicionava-se ao parecer prévio de um médico: somente um médico poderia dizer se o paciente precisava de tratamento psicológico. Uma visão distorcida dos conceitos que emergem, da perspectiva da prevenção e manutenção da saúde, que prevê a interdisciplinaridade na atenção em saúde.

Na aproximação com a ANS identificou-se que estava ocorrendo um processo de finalização de um documento que atualizava o rol de procedimentos, e a Psicologia buscou contribuir.

O que poderia ser um avanço no sentido de dar aos planos privados de saúde caráter mais integral, aproximando-os dos princípios do SUS, para saírem em definitivo da lógica de exclusividade da Medicina como sinônimo de assistência à saúde, em verdade, foi o contrário. O CFP, tendo enviado um rol de procedimentos que avançava a ação do profissional de Psicologia nos planos de saúde, surpreendeu-se com a redução de 50% das possibilidades de pagamento dos atendimentos, de 12 para seis atendimentos ao ano, e o pouco aproveitamento das sugestões enviadas.

É nesta luta que o CFP encontra-se neste momento: o de indicar à ANS as críticas que devem, na expectativa do CFP, reverter na abertura do diálogo e no adiamento da decisão sobre o rol de procedimentos, para que se possa buscar, juntos e interdisciplinarmente, o avanço do atendimento à saúde no Brasil. " Uma Agência Nacional de Saúde não pode, dada a pressão das operadoras de saúde, permitir um retrocesso nas conquistas da área da saúde, deixando que a lógica seja a dos interesses do mercado e da verticalidade das categorias profissionais que atuam na saúde", afirma, contundente, a presidente do CFP, Ana Bock. "Nossa luta é para que se pense a saúde de forma cada vez mais ampla e integral, garantindo atendimento psicológico: as pesquisas e a prática profissional na área da saúde já demonstram de forma inequívoca a importância de se considerar a dimensão subjetiva nos contextos de saúde e doença. Desta forma, ganhamos todos: o paciente, a sociedade, os psicólogos, o empresário", afirma Christina Veras, conselheira-secretária do CFP.

Pressão também por atendimento psiquiátrico

Outra gestão que o CFP tem feito junto à ANS diz respeito ao atendimento ao portador de sofrimento mental. A Resolução Normativa no. 11 de 1998 da Agência, tida por NR11/98, ainda se situa na contramão da própria Reforma Psiquiátrica proposta pela Governo Federal. Hoje, o atendimento aos usuários de saúde mental, pelos planos de saúde, está prejudicado, vez que a referida norma trata apenas de urgências psiquiátricas e limita o número de atendimento aos psicólogos, guiando o orientando para o viés hospitalar. Os psicólogos, por sua vez, precisam oferecer outras formas de intervenção que não exclusivamente o atendimento clínico. A prática, que já tem sido reinventada nas políticas públicas, deve agora compor o rol de serviços do psicólogo, na saúde suplementar.

O CREPOP: o diálogo entre Psicologia e Políticas Públicas

CREPOP
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Politicas Públicas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP é recurso institucional por meio do qual o Sistema Conselhos de Psicologia vem promovendo e qualificando a entrada da categoria no campo das políticas públicas, estas sendo vistas sob a forma de processos coletivamente construídos como respostas, institucionais e sistemáticas, dos governos e poderes públicos, às demandas e problemas colocados pela sociedade, por meio de seus vários atores, dentre os quais o profissional de Psicologia, assumindo este um papel emergente e fundamental.

No desenvolvimento de seus objetivos, o CREPOP tem priorizado ações como a identificação de oportunidades para a atuação de psicólogos em novas áreas do espaço público, resultantes de parcerias entre esferas governamentais, como o desenvolvimento de pesquisas com psicólogos para identificar as áreas de maior interesse; e a construção de banco de dados sobre políticas públicas no Brasil.

Essas atividades, que foram realizadas ao longo do ano de 2007, podem ser organizadas em duas principais linhas de ação: a investigação da prática profissional dos psicólogos em políticas públicas e a elaboração de documentos de referência para atuação dos psicólogos, por meio de comissões de especialistas *ad hoc*.

A investigação da prática profissional de psicólogos em políticas públicas, estruturada como pesquisa multicêntrica, seguiu dois cursos de levantamento de dados em todos os estados: um mais constante e geral, desenvolvido de modo cotidiano pelos técnicos locais do CREPOP, em contato direto com os órgãos públicos e com os gestores locais das diversas políticas públicas; e um outro, desenvolvido em ciclos, que focalizaram áreas de atuação em particular, em consultas diretas aos psicólogos, por meio de entrevistas em grupos, reuniões presenciais e questionários *on line*.

Enquanto a busca constante, que visa à construção de um banco de informações georreferenciadas, vem sendo e continuará sendo realizada de modo a cobrir todas as áreas públicas onde há psicólogos atuando, a pesquisa cíclica abordou um conjunto de seis campos de atuação, recortados no interior de quatro funções de governo: a Justiça e Segurança Pública, recortando-se aí os campos de atuação da Psicologia junto à Vara de Família e ao Sistema Prisional; a Assistência Social, em que se recortou os campos Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração contra Crianças e Adolescentes (antigo Sentinela); a função de Direitos da Cidadania, na qual se recortou o campo de atuação em Unidades de Internação para cumprimento de Medidas Socioeducativas (custódia e reintegração social); e a função Saúde, cujos campos de atuação recortados foram os Programas de PNDST/AIDS e os Centros de Atenção Psicossociais – CAPS.

No processo de construção de referências técnicas para a atuação, além dos dados levantados nessas pesquisas, o CREPOP vem contando com a experiência de especialistas reunidos em comissões *ad hoc* para a sistematização de documentos de referência para atuação nas áreas selecionadas.

Esses documentos, em versões preliminares, vêm sendo disponibilizados para consulta pública, com a finalidade de receber contribuições do público de profissionais interessados. Até agora, foram submetidos à consulta pública dois documentos. O de referência para atuação nos Centros de Referências em Assistência Social – CRAS e o de referências para a Área da Saúde do Trabalhador.

Até o momento, já foram constituídas pelo CREPOP seis comissões, que mobilizaram 19 estudiosos e especialistas colaboradores. Os dois documentos já disponibilizados por esses especialistas foram acessados por quase 700 participantes nas consultas públicas, recebendo contribuições de psicólogos de todas as regiões do Brasil.

Além disso, a investigação da prática profissional, por meio dos ciclos de pesquisa, acionou, diretamente, mais de três mil psicólogos que atuam em programas e serviços públicos, seja por meio de respostas ao questionário *on line* (1709) seja por meio de participação nas reuniões presenciais (1090) ou nos grupos focais (407). A pesquisa permanente, por meio de contato com os gestores, também já gerou um banco de dados com informações sobre cerca de 15 mil psicólogos que atuam em políticas públicas no Brasil.

Em breve o CREPOP vai definir os próximos recortes das áreas a serem pesquisadas, juntamente com a definição de novas metas de ação para a consolidação e expansão deste projeto que vem respondendo às demandas da categoria no fortalecimento do diálogo com as políticas públicas.

Por que uma Psicologia Latino-americana

Comecemos o caminho,
Caminhos que saem e chegam de cada povo
- Assim é a ULAPSI com nossos passos
Fernando Molina, inverno de 2002, Puebla, México

Talvez devêssemos fazer a pergunta: "é possível uma Psicologia latino-americana"?

Desde 23 de novembro de 2002, portanto há cinco anos, constituiu-se a ULAPSI – União Latino-americana de Psicologia, unindo diversas entidades latino-americanas de Psicologia e, respeitando a autonomia de cada entidade de cada país-membro, buscando, dentre outros propósitos, "integrar a las entidades de Psicología de América Latina, a fin de impulsionar el desarrollo de referencias para una Psicología, como ciencia y profesión, comprometida com el mejoramiento y optimización de la calidad de vida y el bienestar de las personas", segundo seu estatuto.

Desde sua fundação, e desde muito antes, com ações precursoras, como as do psicólogo Martín Baró, ainda em 1889, muito já se caminhou para a união dos profissionais latino-americanos, na busca de referências para a profissão no continente. E, neste momento, a pergunta que se faz é: por que uma Psicologia latino-americana?

Segundo o psicólogo brasileiro Marcos Ferreira, durante muito tempo – e até os dias de hoje – a América Latina manteve-se como "periferia" na produção do conhecimento, científico ou não. Os países que mantém a hegemonia econômica mantém também a hegemonia cultural, e a América Latina absorve o que vem de fora. "Comportamo-nos perifericamente: ficamos à margem", diz Marcos Ferreira. Na produção de conhecimento para a Psicologia, enquanto ciência, os povos da América Latina têm agido da mesma forma. Segundo o psicólogo, "imagine que até hoje importamos as teorias européias ou norte-americanas e aplicamo-las em nossa realidade latina, sem refletirmos sobre isso. Imagine que, até hoje, nossos alunos saem dos cursos de Psicologia com teorias importadas, para aplicá-las numa realidade totalmente diversa. Veja bem, não é questão de se desmerecer grandes pensadores e cientistas europeus ou norte-americanos, de forma alguma, mas é questão de termos o senso crítico sobre a aplicabilidade das técnicas e instrumentos: como vamos aplicar o pensamento de Piaget, construído com base na observação e no estudo de crianças européias, na realidade dos meninos e meninas do tráfico de drogas brasileiro? Nos meninos de guerra da Guatemala?", reflete o psicólogo.

Não só possível quanto necessária, a construção de referenciais para a profissão na América Latina cresce e encontra eco nos profissionais dos diversos países que hoje compõem a ULAPSI: Segundo Joel Vazquez, da Universidade de Iztapalapa, México, é necessário aos psicólogos latinos "discutir y definir su propia lucha política; cuestionarmos cada paso que hemos venido dando em relación al impacto de nuestro trabajo com lo cual se fortalecen o impiden los procesos de consolidación de la autonomía de los pueblos latinoamericanos; y buscar una congruencia entre el discurso y la práctica, sin perder de vista la humanización del trabajo que hacemos".

A ULAPSI completa cinco anos afirmando e reafirmando que é possível, sim, fazer uma Psicologia na e para a América Latina, embora não sem grandes desafios: *la lucha es como un círculo: se puede empezar en cualquier punto, pero nunca termina*.

De olho no Congresso Nacional

No Congresso Nacional tramitam diversos projetos de lei e emendas constitucionais de interesse geral para os psicólogos, enquanto cidadãos e enquanto categoria profissional. Além desses, há também projetos de iniciativa do Poder Executivo ou de origem parlamentar que têm o poder de alterar a vida dos indivíduos. Abraçando a questão dos direitos humanos e em seu compromisso inarredável com a sociedade brasileira, a Psicologia tem interesse no acompanhamento dessas matérias, observando passo a passo se são aprovadas ou rejeitadas e fazendo pressão no sentido do que a categoria quer e acredita. Hoje não há dúvida de que o processo legislativo responde às pressões populares. E esse jogo, democrático e legítimo, só pode ser jogado por quem se mantém bem informado.

E é nesse sentido que o Conselho Federal de Psicologia mantém uma assessoria parlamentar e o acompanhamento corpo-a-corpo, de cada conselheiro federal, no andamento de projetos de lei de áreas que lhe são afetas. No dia-a-dia, o Congresso Nacional fervilha de movimentações políticas de grupos de pressão. São populares, sindicalistas, empresários, movimento social... todos a favor ou contra propostas em tramitação. O CFP faz parte, como instituição do Estado democrático de Direito, desse movimento. Historicamente, o Conselho tem se posicionado nas questões de interesse nacional, pela democracia, nas questões de interesse popular e da própria categoria dos psicólogos e nas questões afetas aos direitos humanos.

Antenado com o que se passa no Congresso Nacional, o CFP tem pautado sua ação de forma a não estar omisso em relação aos debates travados no Congresso, nem estar alijado dos movimentos políticos e sociais. No avanço da profissão de psicólogo no Brasil, o CFP vem identificando as proposições de interesse da categoria para intervir politicamente, sempre que necessário.

Foi assim que o CFP, em articulação a outros conselhos da área da saúde, conseguiu o avanço das discussões sobre o antigo Projeto de Lei do Ato Médico, que hoje tramita na Câmara de forma muito menos impactante; conseguiu o arquivamento do Projeto de Lei que regulamentaria a Psicopedagogia como profissão; e se movimenta, ao lado de inúmeras outras entidades, para barrar o Projeto de Lei que propõe a redução da maioridade penal.

Sozinho ou em articulação com outros conselhos ou entidades da sociedade civil, o Conselho acompanha as proposições constantes dos relatórios das comissões, avalia seus conteúdos e se posiciona favorável ou contrariamente, inclusive apresentando alternativas.

Veja agora alguns projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, de interesse da categoria dos psicólogos, que estão sendo acompanhados, de perto, pelo CFP!

PL 2264/96	cria a Residência em Saúde
PL 2346/07	autoriza todos os profissionais de saúde a emitirem atestado médico
PL 3648/97	propõe a Avaliação Psicológica para ingresso nos órgãos e empresas de segurança
PDS 661/03	altera a resolução nº80 do Conselho Nacional de Trânsito
PL 1765/99	define currículos mínimos para os cursos superiores no Brasil
PLS 405/99	adota o Simples para os profissionais liberais – microempresas
PL 3340/00	cria novos cursos superiores no Brasil
PL 1641/03	inclui Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio
PL 1858/91	cria o piso salarial e a jornada de trabalho para psicólogo
PL 3688/00	dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas
PL 451/03	dispõe sobre o exercício das profissões de saúde por estrangeiros em áreas carentes desses profissionais
PL 7703/06	dispõe sobre o exercício da Medicina
PL 7267/02	estabelece cobertura, pelos planos de saúde, de sessões de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia
PDS 661/03	susta a aplicação do dispositivo no item 10.3 do Anexo I da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, que dispõe sobre os exames de aptidão física e mental e os exames de Avaliação Psicológica
PEC 26/03	exclui dos concursos o caráter eliminatório dos testes psicotécnicos
PEC 171/03	altera artigo 228 da Constituição (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)
PL 212/05	exige comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica de autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo
PL 1987/07	propõe a consolidação da legislação trabalhista
PL'S 4850, 4851, 2654, e 5921/01	defendem direitos importantes para crianças e adolescentes
PL 4126/04	sobre depoimentos sem danos

A geografia da profissão no Brasil

A lei nº 4119/62, que regulamentou a profissão do psicólogo no Brasil, instituiu-a como uma profissão de âmbito nacional. Isto quer dizer que os psicólogos podem atuar em qualquer estado da Federação (desde que regularizem sua situação junto aos CRPs) e as regras da profissão são as mesmas em todo o país. Quantos são os profissionais e como eles estão distribuídos são questões de interesse dos psicólogos, dos conselhos e das entidades da profissão.

Em 1987, quando os conselhos fizeram a primeira pesquisa sobre os psicólogos no Brasil, a categoria estava composta por 58.277 psicólogos, e 45% estavam concentrados no estado de São Paulo. Hoje, 20 anos depois, os psicólogos são 161.282 em todo o país. 35,5% (57.249) estão em São Paulo. Fica evidente o crescimento da categoria em outras regiões, onde, em 1987, os psicólogos praticamente inexistiam. O Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região – Rio Grande do Norte concentra o menor número de psicólogos (1.128 = 0,7% da categoria). Abaixo de São Paulo, concentrando um número grande de profissionais, está o Rio de Janeiro, com 15,7% (25.365) e, a seguir, Minas Gerais, com 11,4% (18.459). Isto significa que a Região Sudeste (faltando incluir apenas os 1.846 psicólogos do Espírito Santo) ainda concentra a maior parte da categoria (62,6%). Em 1987 esta região concentrava 75% da categoria. A 4ª maior região é o Rio Grande do Sul, onde o número de psicólogos já é bem menor: são 11.628 profissionais representando 7,2%; seguido pelo Paraná, onde estão 8.103 psicólogos (5%). As outras regiões concentram números entre 2.000 a 5.000 psicólogos. A geografia da profissão parece repetir a Geografia econômica brasileira. Mas os dados comparativos com 1987 permitem perceber o crescimento decorrente da abertura de um grande número de cursos de Psicologia nas regiões, onde, nos anos 80, havia apenas um ou dois cursos.

160.000 psicólogos pode significar que somos o país, no mundo, como o maior número de psicólogos. Esse cenário, desenhado pelos novos números da profissão, mostram a importância em desenvolvermos nossas contribuições profissionais nas políticas públicas. O CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas é uma ferramenta indispensável para que a categoria possa fortalecer sua presença nas mais variadas políticas.

Atestado de saúde fornecido por profissionais de saúde

Os avanços na área da saúde têm trazido maior horizontalidade nas relações e no poder dos vários profissionais da área. As conquistas são evidentes nas equipes multiprofissionais do Sistema Único de Saúde-SUS. No entanto, um aspecto está ainda bastante atrasado: o reconhecimento de atestados de saúde fornecidos por profissionais não médicos.

Desde 1996, o CFP regulamentou o atestado de saúde por psicólogos e os empregadores podem decidir pela sua aceitação como documento para justificar afastamento do trabalho. A Resolução CFP nº 015 pode ser conhecida acessando o *site* www.pol.org.br.

No entanto, o INSS só aceita atestados fornecidos por médicos. Para que esta situação seja alterada é preciso mudar a Lei. O projeto de Lei nº 2346, de 2007, de autoria dos deputados Luiz Carlos Hauly e Roberto Santiago visa exatamente autorizar todos os profissionais de saúde a fornecerem atestados. O PL pode ser acessado em www.camara.gov.br.

O CFP acompanhará com interesse a tramitação do projeto.

Resolução obriga protocolo nos atendimentos

Um dos problemas freqüentes em processos éticos, no âmbito dos Conselhos de Psicologia, é exatamente a falta de comprovações para os atendimentos. O diagnóstico e o processo de atendimentos de pacientes não são na maioria das vezes registrados pelos psicólogos. As hipóteses diagnósticas, as técnicas utilizadas, o processo do paciente e mesmo as datas de atendimento são aspectos desconhecidos que fazem falta, impossibilitando uma fiscalização adequada e inviabilizando a comprovação da qualidade dos atendimentos, muitas vezes objetos de denúncias e processos éticos.

Baseados nesta questão, os Conselhos de Psicologia estão discutindo a necessidade de uma resolução que regulamente o registro documental na prestação de serviços psicológicos. Acompanhe os debates e fique atento às decisões, pois, caso seja aprovada a resolução, a manutenção de registros documentais passará a ser obrigatória para todos.

Balanço financeiro/CFP

Período: janeiro / 2005 a dezembro / 2005			
Balanço Orçamentário			
Contas de Receitas	**Previsão**	**Execução**	**Diferença**
Receitas correntes	**11.016.601,20**	**8.775.344,86**	**(2.241.256,34)**
Receita de contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	573.000,00	557.610,91	(15.389,09)
Receita de serviços	20.000,00	8.420,00	(11.580,00)
Transferências correntes	10.269.601,20	8.083.634,27	(2.185.966,93)
Outras receitas correntes	154.000,00	125.679,68	(28.320,32)
Receitas de capital	**3.741.760,00**	**293.919,72**	**(3.447.840,28)**
Operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (amortização empréstimos CRPs)	341.760,00	293.919,72	(47.840,28)
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital (*superávit* proposto)	3.400.000,00	0,00	(3.400.000,00)
Subtotais	**14.758.361,20**	**9.069.264,58**	**(5.689.096,62)**
Totais	**14.758.361,20**	**9.069.264,58**	**(5.689.096,62)**
Contas de Despesas	**Fixação**	**Execução**	**Diferença**
Despesas correntes	**11.636.667,75**	**6.075.253,66**	**(5.561.414,09)**
Despesas de custeio	10.984.295,26	5.429.342,14	(5.554.953,12)
Transferências correntes	652.372,49	645.911,52	(6.460,97)
Despesas de capital	**3.121.693,45**	**352.337,00**	**(2.769.356,45)**
Investimentos (aquisição equipamentos)	600.000,00	92.337,00	(507.663,00)
Inversões financeiras (concessão empréstimos aos CRPs)	350.000,00	260.000,00	(90.000,00)
Transferências de capital (inadimplência da autarquia)	2.171.693,45	0,00	(2.171.693,45)
Subtotais	**14.758.361,20**	**6.427.590,66**	**(8.330.770,54)**
Superávit (receitas menos despesas)	**0,00**	**2.641.673,92**	**2.641.673,92**
Totais	**14.758.361,20**	**9.069.264,58**	**(5.689.096,62)**

Período: janeiro / 2006 a dezembro / 2006			
Balanço Orçamentário			
Contas de Receitas	**Previsão**	**Execução**	**Diferença**
Receitas correntes	**10.703.212,84**	**10.229.767,89**	**(473.444,95)**
Receita de contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	796.000,00	744.825,94	(51.174,06)
Receita de serviços	20.000,00	7.935,60	(12.064,40)
Transferências correntes	9.516.712,84	9.128.005,70	(388.707,14)
Outras receitas correntes	370.500,00	349.000,65	(21.499,35)
Receitas de capital	**1.885.036,23**	**212.953,61**	**(1.672.082,62)**
Operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (amortização empréstimos CRPs)	247.789,65	212.953,61	(34.836,04)
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital (*superávit* proposto)	1.637.246,58	0,00	(1.637.246,58)
Subtotais	**12.588.249,07**	**10.442.721,50**	**(2.145.527,57)**
Totais	**12.588.249,07**	**10.442.721,50**	**(2.145.527,57)**
Contas de Despesas	**Fixação**	**Execução**	**Diferença**
Despesas correntes	**10.900.730,57**	**7.644.443,86**	**(3.256.286,71)**
Despesas de custeio	9.938.959,07	6.713.664,73	(3.225.294,34)
Transferências correntes	961.771,50	930.779,13	(30.992,37)
Despesas de capital	**1.687.518,50**	**178.315,81**	**(1.509.202,69)**
Investimentos (aquisição equipamentos)	293.000,00	163.315,81	(129.684,19)
Inversões financeiras (concessão empréstimos aos CRPs)	100.000,00	15.000,00	(85.000,00)
Transferências de capital (inadimplência da autarquia)	1.294.518,50	0,00	(1.294.518,50)
Subtotais	**12.588.249,07**	**7.822.759,67**	**(4.765.489,40)**
Superávit (receitas menos despesas)	**0,00**	**2.619.961,83**	**(2.619.961,83)**
Totais	**12.588.249,07**	**10.442.721,50**	**(2.145.527,57)**

Período: janeiro / 2007 a outubro / 2007			
Balanço Orçamentário			
Contas de Receitas	**Previsão**	**Execução**	**Diferença**
Receitas correntes	**10.312.031,82**	**10.371.472,22**	**59.440,40**
Receita de contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	550.000,00	749.365,21	(199.365,21)
Receita de serviços	10.000,00	12.374,34	2.374,34
Transferências correntes	9.702.031,82	9.537.498,32	(164.533,50)
Outras receitas correntes	50.000,00	72.234,35	22.234,35
Receitas de capital	**6.738.081,09**	**175.923,81**	**(6.562.157,28)**
Operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (amortização empréstimos CRPs)	238.081,09	175.923,81	62.157,28
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital (*superávit* proposto)	6.500.000,00	0,00	(6.500.000,00)
Subtotais	17.050.112,91	10.547.396,03	(6.502.716,88)
Totais	17.050.112,91	10.547.396,03	(6.502.716,88)
Contas de Despesas	**Fixação**	**Execução**	**Diferença**
Despesas correntes	**14.366.524,47**	**7.503.968,47**	**(6.862.556,00)**
Despesas de custeio	12.352.542,43	6.348.234,16	(6.004.308,27)
Transferencias correntes	2.013.982,04	1.155.734,31	(858.247,73)
Despesas de capital	**2.683.588,44**	**76.573,30**	**(2.607.015,14)**
Investimentos (aquisição equipamentos)	165.000,00	76.573,30	(88.426,70)
Inversões financeiras (concessão empréstimos aos CRPs)	300.000,00	0,00	(300.000,00)
Transferências de capital (inadimplência da autarquia)	2.218.588,44	0,00	(2.218.588,44)
Subtotais	**17.050.112,91**	**7.580.541,77**	**(9.469.571,14)**
Superávit (receitas menos despesas)	**0,00**	**2.966.854,26**	**(2.966.854,26)**
Totais	**17.050.112,91**	**10.547.396,03**	**(6.502.716,88)**

Vem aí o Recadastramento Nacional dos Psicólogos!

Psicólogos, 2008 trará uma rica possibilidade de conhecimento da profissão do Brasil. Mas também trará uma tarefa obrigatória para os 161.282 psicólogos brasileiros: o Sistema Conselhos está integrando, em um cadastro único, todos os psicólogos inscritos nos 17 Conselhos Regionais, e as novas tecnologias ainda possibilitarão acesso direto dos profissionais aos seus dados, permitindo atualização permanente.

Fique atento, pois logo depois do carnaval, você será convocado a se recadastrar, conferindo os seus dados e completando informações que permitirão um retrato mais atualizado da profissão no Brasil. As informações e o prazo para o recadastramento deverão ser enviados a todos por correspondência e por *e-mail*. Sua tarefa, nesse momento, é conferir seu endereço junto ao seu CRP e enviar um *e-mail* para cpd.cfp@pol.org.br fornecendo o seu endereço eletrônico, para que possamos alcançá-lo em fevereiro, com mais facilidade.

Fique atento para o chamado do recadastramento. Ele será obrigatório a todos os psicólogos!

Cuidando do Ensino e da Formação

ABEP muda de direção, porém linha de atuação da entidade segue a mesma

Durante o VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, que ocorreu em Belo Horizonte, no dia 8 de setembro, a Chapa "Cuidar do Ensino e da Formação" foi eleita para dirigir a Associação até o ano de 2009. Mudança na gestão, agora sob o comando da psicóloga Roberta Azzi, nova presidente da entidade, porém manutenção dos compromissos da gestão anterior. Frente aos grandes desafios que o futuro apresenta, a nova direção tem como instrumentos de trabalho princípios norteadores bem definidos e alinhados com a realidade social na qual a sociedade está imersa.

A formação em Psicologia inserida no debate social e a integração ensino-formação-atuação constituem-se como um dos pilares do programa da nova diretoria para o próximo biênio. Isso significa dizer que o trabalho coletivo da ABEP deve ser aprofundado, mantendo-se a interlocução com outras entidades de Psicologia, como o Sistema Conselhos (Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais) e aquelas ligadas ao Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB, além da União Latino-americana de Psicologia – ULAPSI.

Muitas são as tarefas a serem realizadas, algumas dificuldades são recorrentes, mas o grupo que entra acredita ser viável a construção de um futuro ainda mais promissor à Psicologia. Como primeira contribuição desta gestão, a diretoria empenhou-se e obteve êxito na busca de parceria para um importante evento sobre ensino e formação. Confira!

ABEP promove evento em parceria com INEP e CFP: a ABEP, em parceria com Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e o Conselho Federal de Psicologia, vai promover, nos dias 11, 12 e 13 de dezembro, em Brasília, o seminário Os Processos Avaliativos do Ministério da Educação e o Ensino e Formação nos Cursos de Psicologia.

Essa iniciativa cria um espaço de debates e troca de experiências acerca da importância da atuação dos coordenadores de curso, frente aos desafios enfrentados por esses profissionais. O evento é também uma oportunidade para o estabelecimento de metas e ações que fomentem mudanças na formação dos profissionais de Psicologia.

Durante o evento, dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudante – Enade – de 2005 serão apresentados e discutidos, bem como será objeto de debate a avaliação institucional. A programação, ainda em fase de organização, vai contar com professores envolvidos com as temáticas privilegiadas no evento.

Há muito a ser feito. Para ser eficaz, qualquer sistema de avaliação deve advir da construção de posições, de reflexões e de revisões de práticas, num processo diário e contínuo. Portanto, um seminário que venha a pautar os processos avaliativos do MEC, correlacionados com o ensino e a formação em Psicologia, pode contribuir decisivamente para o aprimoramento da qualidade da presença dos psicólogos na sociedade brasileira.

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP

Conheça a nova diretoria da ABEP:

- Roberta Gurgel Azzi/Unicamp
- Mônica Lima de Jesus/UFBA
- Liliana Santos/Ministério da Saúde
- Sylvia Helena Souza da Silva Batista/Unifesp
- Julio Schruber Júnior/ACE
- Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni/PUC/SP
- Dreyf de Assis Gonçalves/PUC-SP/NEPAIDS/IP-USP
- Tatiana Saldanha Oliveira/UFRR
- Eliana Vianna UFF/professora aposentada
- Daniela Cunha Lopes/Secretaria Nacional de Defesa Civil
- Maria de Fátima Lobo Boschi/PUC-MG
- Silvana Carneiro Maciel/UFPB

A democracia entra na Psicologia

Que seja bem-vinda a questão da democracia, que entrou na Psicologia! Foi em Belo Horizonte, nos dias 22 e 23 de novembro último. O "Seminário Nacional Democracia e Subjetividade" reuniu psicólogos para o debate e contou com a participação e apoio de cientistas sociais, cientistas políticos, assistentes sociais, historiadores e educadores. O Conselho Federal de Psicologia convidou o professor Jessé de Souza, da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, para organizar, conjuntamente com Marcus Vinícius de Oliveira, vice-presidente do CFP, o evento. Temas importantes foram debatidos com empenho e interesse pelo conjunto presente ao evento: subjetividade e exclusão social; subjetividade e democracia; democracia e família; democracia e instituições políticas; democracia e escola; democracia no mundo do trabalho; e democracia e relações comunitárias.

Para Jessé de Souza, responsável pela introdução do tema subcidadania nas discussões sobre democracia hoje, no país, "a importância de um evento como este, que uniu subjetividade e democracia, só pode ser adequadamente aferida quando se tem em mente o atual contexto de pobreza do debate público brasileiro". Para Jessé, refletir sobre esses temas é compreender como foi possível "naturalizar" nossa desigualdade abissal e culpar as próprias vítimas pela herança desse processo que reproduzimos todos os dias ."

Para o Conselho Federal de Psicologia, o evento também foi muito bem avaliado. "A Psicologia, que pretende um compromisso social com a maioria da população e com a construção de condições dignas de vida, precisa enfrentar a questão da desigualdade social e da democracia no Brasil. Não se pode ir adiante sem que se considerem estas questões importantes. Este foi um começo, um excelente começo", afirma Ana Bock, presidente do CFP, que esteve acompanhando o evento.

Prêmio divulga ganhadores

Ação refletiu sobre Educação Inclusiva

O Prêmio "Educação inclusiva: experiências profissionais em Psicologia" realizado pelo CFP tem ganhadores:

1ª Categoria profissional: Solange Aparecida Emílio;

2ª Categoria Coletivos: Adriana Marcondes Machado, Izabel Almeida e Luis Fernando de Oliveira Saraiva.

Menção honrosa: Henrique Nurenberg. Demais classificados no www.pol.org.br

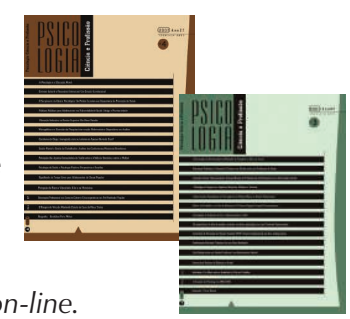
Psicologia precisa pensar o envelhecimento

O Prêmio Monográfico Paulo da Silveira Rosas – "Brasil, uma nação que envelhece: o lugar do idoso na sociedade e os desafios para a Psicologia" - recebeu 67 trabalhos, sendo que 43 manuscritos concorreram ao Prêmio na categoria Psicólogo e 24 na categoria Estudante.

Todos os artigos inscritos foram analisados por uma Comissão Julgadora, composta por quatro Professoras Doutoras, de diferentes Universidades brasileiras, indicadas pelo Plenário do CFP, que concluiu que nenhum dos trabalhos inscritos apresentou o nível de excelência esperado.

"Os cursos de Psicologia absorveram pouco a questão. É preciso pensar melhor a contribuição da Psicologia à questão do envelhecimento", afirma Christina Veras, conselheira do CFP.

Novas revistas



A próxima edição da revista Diálogos, que chegará às mãos da categoria em janeiro, é dedicada à Psicologia Organizacional e do Trabalho. Trará reportagens e entrevistas com especialistas como Antônio Virgílio, Sigmar Malvezzi, Wanderley Codo, Margarida Barreto e Jairo Borges, entre outros, para aprofundar o debate sobre as questões hoje colocadas para esse campo da Psicologia.

A partir de janeiro, anova revista "Psicologia: "Ciência e Profissão" estará disponível em versão *on-line*.

Agenda

III Congresso Panamericano de Salud Mental Infato Juvenil Reunión de la Sección de Clasificación de la Asociación Mundial de Psquiatría
Data: 24 a 28 de março de 2008
Endereço: Palacio de Conveciones Palco Habana
Cidade: Habana - Cuba
Telefone: (537) 203-8958/202-6011 -19 ext 1511
E-mail: felices@infomed.sld.cu
Link: http://www.loseventos.cu/saludmental2008

III Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional
Data: 16 a 19 de julho de 2008
Cidade: Florianópolis - SC
E-mail: inscricao@cbpot2008.com.br
Link: http://www.cbpot2008.com.br

XXIX Internacional Congress of Psychology
Data: 20 a 25 de julho de 2008
Endereço: ICC Berlin
Cidade: Berlin - Germany
Telefone: 49-30-300 66 90
E-mail: info@icp2008.org.
Link: http://www.icp2008.org

V Conferencia Internacional de Psicología de Salud "Psicosalud"
Data: 13 a 16 de outubro de 2008
Endereço: Palacio de Conveciones Palco Habana
Cidade: Habana - Cuba
Telefone: (537) 203-8958/202-6011 -19 ext 1511
E-mail: felices@infomed.sld.cu
Link: http://www.loseventos.cu/saludmental2008

Em 2008, a Psicologia vai interferir na Comunicação Social!
Psicólogo, participe!

IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia
Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A
CEP 70.719-900 - Brasília - DF
e-mail: contato@pol.org.br
home page: www.pol.org.br

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
...CORREIOS...

Impresso Especial
100049/2005-DR/BSB
C.F.P
...CORREIOS...